

# SITUAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL<sup>1</sup>

*Daniel dos Santos Régis Silva\**

*Jailma Costa Brito\*\**

*Jasilaine Andrade-Passos\*\*\**

**RESUMO:** O objetivo deste estudo foi analisar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional (InSAN) de estudantes indígenas em uma universidade pública brasileira, considerando desafios e estratégias para a permanência estudantil. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, realizado mediante aplicação de um questionário *online*, contendo questões objetivas e subjetivas sobre aspectos socioeconômicos, práticas alimentares dentro e fora da universidade, segurança alimentar, ingresso e permanência universitária. As informações qualitativas foram sistematizadas por meio da análise de conteúdo e os dados quantitativos através de estatística descritiva. Participaram do estudo sete estudantes. Observou-se que os universitários indígenas possuem algum nível de insegurança alimentar e nutricional. Os relatos evidenciam a importância do Restaurante Universitário na promoção da alimentação saudável, bem como apontam as dificuldades de permanência na instituição, a exemplo do preconceito, ausência da família e sentimento de despertencimento. Mostra-se necessário novos trabalhos que possam ampliar e aprofundar a compreensão dos achados, de modo que os resultados possam subsidiar ações institucionais promotoras da alimentação adequada, saudável e sustentável no âmbito universitário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Alimentar e Nutricional. Universitários. Indígenas. Alimentação Saudável. Permanência estudantil.

## FOOD AND NUTRITION (IN)SECURITY STATUS OF INDIGENOUS UNIVERSITY STUDENTS: CHALLENGES AND STRATEGIES FOR STUDENT RETENTION

**ABSTRACT:** The objective of this study was to analyze the food and nutritional (in)security situation of indigenous students at a Brazilian public university, considering challenges and strategies for student retention. This is a descriptive exploratory study conducted through the application of an online questionnaire that contains both objective and subjective questions regarding socioeconomic aspects, food practices within and outside the university, food security, university admission, and retention. The qualitative information was systematized through content analysis, and quantitative data were analyzed using descriptive statistics. Seven students participated in the study. It was observed that indigenous university students have some level of food and nutritional insecurity. The accounts highlight the importance of the University Restaurant in promoting healthy food, as well as pointing out the difficulties of remaining in the institution, such as prejudice, absence of family, and feelings of not belonging. Further studies are needed to broaden and deepen the understanding of the findings, so that the results can support institutional actions promoting adequate, healthy, and sustainable food within the university context.

**KEYWORDS:** Food Security. Students. Indigenous Peoples. Healthy Eating. Student Retention.

<sup>1</sup> Artigo proveniente do trabalho de conclusão de curso intitulado “Situação de (In)segurança Alimentar e Nutricional de universitários indígenas: desafios e estratégias para a permanência estudantil”. Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia, 2024.

\* Nutricionista pela Universidade Federal da Bahia. Residente em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo (Fiocruz/Brasília). E-mail: [danielregis.e@gmail.com](mailto:danielregis.e@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1633-4518>.

\*\* Mestra em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PPGANS/UFBA). E-mail: [jailmaufba07@gmail.com](mailto:jailmaufba07@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8659-6049>.

\*\*\* Doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [jasilaine@gmail.com](mailto:jasilaine@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9595-7822>.

## Introdução

No Brasil, o acesso ao ensino superior foi historicamente negado às pessoas indígenas. Essa questão se tornou uma pauta de movimentos sociais, implicando em reivindicações que culminaram na criação da Lei de Cotas nº 2.711, criada em 2012, a qual estabeleceu a reserva de 50% das vagas nas universidades e institutos federais, subdivididas para estudantes oriundos de escola pública, de baixa renda, pretos, pardos, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Desta forma, foi possível vislumbrar uma transformação nas universidades, passando a ser um território com maior representatividade da diversidade socioeconômica e cultural do país (Brasil, 2012; Luna *et al.*, 2021). Entre os anos de 2009 e 2019, o número de pessoas indígenas no ensino superior apresentou um crescimento expressivo de 757%, passando de aproximadamente 9 mil para 72 mil estudantes matriculados em todo o país (INEP, 2022). Apesar desse aumento, a participação de indígenas nas universidades ainda está longe de refletir, de forma proporcional, a representatividade dessa população no Brasil (INEP, 2022).

O aumento no ingresso de pessoas indígenas nas universidades implicou na necessidade de criação de políticas que permitissem a permanência desses estudantes no ensino superior, tendo em vista que limitações socioeconômicas a eles impostas os colocam em situação de vulnerabilidade. Sobre isso, Renault e Albuquerque (2023) realizaram um estudo sobre a evasão de universitários indígenas, no qual identificaram que os índices de evasão são superiores em comparação aos do ensino superior de modo geral, atribuindo tal discrepância à falta de acolhimento e de responsabilidade institucional. Corroborando com essa análise, Lembi *et al.* (2024) destacam que a ausência de apoio financeiro, pedagógico e psicológico, bem como as dificuldades de adaptação aos contextos culturais urbanos, também contribuem para essa evasão. Para Gilioli (2016), as instituições de ensino superior são os agentes capazes de desenvolver políticas eficazes de apoio estudantil a fim de mitigar esse fenômeno.

Atualmente, dentre as políticas focalizadas em estudantes universitários, destaca-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essa política, direcionada a graduandos do ensino superior, profissional e tecnológico de instituições federais, tem como objetivo reduzir a evasão de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e para promoção da equidade no ambiente universitário. Para tanto, oferece assistência principalmente nas áreas relacionadas à moradia, alimentação e transporte (Brasil, 2010). A implementação dessas ações vem transformando o perfil discente nas universidades, antes majoritariamente composto por estudantes de classe média, em um grupo formado, em grande parte, por pessoas provenientes de famílias com renda de até um salário mínimo *per capita* (Calbino e Brito, 2023).

Cabe destacar que, mesmo diante do acesso a essas políticas por estudantes indígenas, autores destacam que as universidades brasileiras ainda carecem de estratégias específicas para qualificação da permanência desse público, incluindo a contratação de profissionais qualificados para atuar diante de suas particularidades (Lembi *et al.*, 2024), bem como o reconhecimento das singularidades da vida universitária

e das transformações que ela acarreta na trajetória desses ingressantes. Neste contexto, é importante destacar as mudanças que caracterizam o ingresso na universidade.

A transição para o ambiente acadêmico envolve significativas transformações no estilo de vida, nos hábitos alimentares e no comportamento. Esse processo pode ser especialmente desafiador para estudantes que deixam suas comunidades indígenas para se estabelecerem em locais próximos à universidade. Estudos apontam que a vida universitária contribui para a adoção de práticas alimentares pouco saudáveis e para aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutritiva e desconexa de valores identitários, muitas vezes, revelando situações de insegurança alimentar e nutricional (InSAN) (Bernardo *et al.*, 2017; Quintano-Mendez, 2023; Lisboa *et al.*, 2024). Cabe destacar que as pesquisas mencionadas se referem ao público universitário em geral, não tendo sido identificados, na breve revisão da literatura feita para este trabalho, estudos que abordem especificamente a segurança alimentar e nutricional (SAN) de universitários indígenas.

A concepção atual de SAN é estabelecida como um direito fundamental e está regulamentada pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Brasil, 2006). Essa legislação garante a todos o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis. Nessa perspectiva, essa lei ratifica a importância de ações de promoção da saúde, da nutrição e da alimentação adequada da população, incluindo grupos populacionais específicos e aqueles em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2006).

As políticas públicas de SAN, as quais são voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), só podem ser consideradas verdadeiramente universais quando pautadas na equidade, reconhecendo e respeitando as diferenças e especificidades dos seus usuários (Brasil, 2006). No caso dos povos indígenas, fatores históricos como a restrição no acesso a direitos básicos, a discriminação étnico-racial, a situação socioeconômica desfavorável, as dificuldades na demarcação de suas terras e os diversos conflitos externos que geralmente enfrentam, intensificam as vulnerabilidades, agravando a InSAN nessas populações (Haifig, 2021). Esses elementos evidenciam a necessidade de estudos que permitam compreender tais realidades, inclusive as associadas ao contexto universitário.

Considerando as especificidades dessa população no que se refere aos aspectos socioculturais, hábitos alimentares e modos de vida, e tendo em vista que o contexto urbano e a vida universitária potencializam mudanças significativas para esses povos, considera-se pertinente a realização de pesquisas que possibilitem uma compreensão mais aprofundada destes fenômenos a partir da perspectiva dos próprios estudantes, de forma a subsidiar a formulação de ações que possam contribuir para mitigar os desafios enfrentados por esses grupos, especialmente aqueles que comprometam a SAN.

Dado o exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar a situação de segurança alimentar e nutricional de estudantes indígenas em uma universidade pública, considerando os desafios vivenciados e as estratégias relacionadas à permanência estudantil.

## Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, realizada junto a estudantes indígenas matriculados em cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de *campi* situados na cidade de Salvador - Bahia, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram estabelecidos como critérios de inclusão: estar regularmente matriculado em um dos cursos da universidade, ter idade igual ou superior a 18 anos e ter ingressado pelo sistema de cotas para indígenas.

Os dados foram coletados a partir de um questionário *online* criado na plataforma *Google Forms*®, composto por questões abertas e fechadas, subdividido em quatro blocos: 1) informações sociodemográficas; 2) ingresso na universidade e permanência estudantil; 3) práticas alimentares dentro e fora da universidade e 4) questões sobre segurança alimentar e nutricional. Neste último bloco, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi utilizada em sua versão de 8 itens (REDE PENSSAN, 2022). Trata-se de um instrumento validado no cenário nacional para pesquisa sobre InSAN (REDE PENSSAN, 2022).

O contato com estudantes ocorreu, inicialmente, mediante diálogo com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA (PROAE), bem como através do contato direto com representantes estudantis. A partir das unidades administrativas dos cursos, especialmente dos respectivos colegiados, também foram enviados e-mails aos estudantes com convites para participação. Além disso, a pesquisa foi divulgada em redes sociais e por meio de aplicativos de mensagens (WhatsApp®) em grupos de estudantes. Adicionalmente, cartazes com *QR Code* para acesso ao questionário foram disponibilizados em diversos murais da instituição, como estratégia de ampliação do alcance do convite. O questionário ficou disponível por duas semanas durante o mês de agosto de 2024.

Em função da indisponibilidade de informações sobre o quantitativo total de estudantes indígenas no âmbito da universidade, o estudo não pressupôs a definição de uma amostra representativa, configurando-se numa abordagem exploratória. A dificuldade de acesso a contatos precisos, compreensivelmente justificada pela PROAE em função da necessidade de proteção dos dados desses estudantes, pode ter influenciado na pequena quantidade de participantes. Além disso, cabe registrar que, durante o contato direto com alguns representantes estudantis, foi sinalizada certa cautela na participação, em função de experiências negativas em pesquisas anteriores, normalmente com abordagens que não acolhiam questões indígenas e pautadas apenas na coleta de dados que traziam a “sensação de coisificação” dos sujeitos, sem que vislumbrassem algum tipo de retorno ou que tivessem acesso a resultados das pesquisas, por exemplo. Apesar de não serem objeto de estudo deste trabalho, as formas

e usos do fazer científico são aspectos a serem criticamente analisados em qualquer pesquisa, especialmente no que tange seus aspectos  ticos e de responsabilidade social.

O tratamento e a análise dos dados foram realizados considerando as diferentes naturezas das informaoes coletadas. Para os dados qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo conforme a proposta de Bardin (2011), sendo que as categorias de análise foram definidas a partir das perguntas norteadoras do questionário aplicado.

No caso dos dados provenientes da EBIA, a análise seguiu a classificaao adotada pela REDE PENSSAN (2022). Neste método, a classificaao dos domicílios é realizada com base no número de respostas afirmativas, permitindo categorizá-los em diferentes níveis: segurana alimentar (0 respostas "sim"), insegurana alimentar leve (1 a 3 respostas "sim"), moderada (4 a 5 respostas "sim") ou grave (6 a 8 respostas "sim"). Para os dados quantitativos, realizou-se a análise por meio de estatística descritiva, utilizando o *Software* Microsoft Excel 2013 para a tabulaao das informaoes. Segundo Sousa (2023), a EBIA de 8 itens contempla a experiência da pessoa entrevistada em relaao às situaoes de restriao alimentar nos três meses anteriores   aplicaao das perguntas e viabiliza a identificaao de forma mais rápida e direta das dimensões da SAN.

Cabe registrar que a EBIA é um instrumento psicométrico que avalia a percepao e a vivência da insegurana alimentar e da fome no nível domiciliar, abrangendo tanto o acesso aos alimentos quanto as dimensões psicológicas e sociais da insegurana alimentar (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate   Fome, 2014). Entretanto, quando aplicada isoladamente, não é suficiente para captar a complexidade de um fen meno multidimensional e interdisciplinar como a SAN. Neste sentido, aspectos socioeconômicos e práticas alimentares foram alvo de análise juntamente com as informaoes provenientes da EBIA. Além disso, observa-se poucos estudos que avaliam a aplicaao dessa ferramenta em populaoes específicas, como grupos étnicos indígenas (Kepple e Segall-Corrêa, 2011; Vilas Boas; 2023).

No que tange aos aspectos  ticos, o estudo considerou a Resoluao n  466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) e a Resoluao n  510, de 07 de abril de 2016 (Brasil, 2016), ambas do Conselho Nacional de Saúde. Neste sentido, a pesquisa foi aprovada pelo Comit  de  tica em Pesquisa da Escola de Nutriao da UFBA, sob parecer n : 6.794.719. De modo a preservar as identidades dos participantes, seus nomes foram substituídos por pseud nimos de origem indígena.

## **Resultados e discussão**

### **Caracterizaao sociodemográfica das (os) participantes do estudo**

Participaram do estudo sete estudantes, sendo cinco mulheres e dois homens, todas (os) heterossexuais, solteiras (os), na faixa etária entre 22 e 30 anos. As pessoas participantes eram graduandas (os) dos cursos de Nutriao, Desenho e Plástica, Servio Social, Farmácia, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária. Em relaao   identidade étnica, as (os) estudantes se autodeclararam pertencentes aos povos

indígenas Pankararu, Tupinambá de Abrantes, Tuxá e Pataxó. Em relação à naturalidade, eram das cidades de Tacaratu-PE, Ibotirama-BA, Porto Seguro-BA, Santa Cruz Cabralia-BA, Carmésia-MG e Camaçari-BA. Observa-se que, mesmo diante do pequeno quantitativo de participantes, houve diversidade em relação ao curso e à origem.

Conforme pode ser observado na tabela 1, no que se refere à renda mensal familiar, 57% dos estudantes possuíam renda menor que um salário mínimo, 14% até um salário mínimo e os demais (29%) entre 1 e 2 salários mínimos. Destaca-se que a dificuldade de acesso à renda impacta diretamente na qualidade de vida, principalmente na compra de alimentos e conseqüentemente na situação de SAN (Belik, 2020). Nesse contexto, estudos revelam que marcadores sociais da diferença como classe social, gênero e étnico-raciais influenciam esses aspectos socioeconômicos, colocando grupos como mulheres negras e pessoas indígenas, com renda familiar de < 1 SM, nos grupos com maior prevalência de InSAN (Coutinho et al., 2022; REDE PENSSAN, 2022).

A maioria das pessoas participantes (71%) informou morar em casas e que divide a residência com outras pessoas (Tabela 1). Apesar da presente pesquisa não verificar quem seriam os residentes (familiares ou outros estudantes), vale registrar que domicílios com mais de quatro moradores apresentaram maior risco de insegurança alimentar moderada e grave (IBGE, 2020; Martins *et al.*, 2023). Cabe ressaltar também que, muitas vezes, os estudantes utilizam estratégias como o compartilhamento de moradia para diminuir os custos de vida (Aguiar, Nunes e Abreu, 2021), aspectos que devem ser considerados nas análises dos resultados deste estudo.

**Tabela 1.** Características sociodemográficas dos estudantes. Salvador, Bahia, 2024.

| <b>Gênero</b>                      | <b>n°</b> | <b>%</b> |
|------------------------------------|-----------|----------|
| Mulher cis                         | 5         | 71       |
| Homem cis                          | 2         | 29       |
| <b>Orientação Sexual</b>           |           |          |
| Heterossexual                      | 7         | 100      |
| <b>Estado civil</b>                |           |          |
| Solteiro (a)                       | 7         | 100      |
| <b>Renda mensal familiar</b>       |           |          |
| < 1 SM*                            | 4         | 57       |
| 1SM - 2SM                          | 2         | 29       |
| 1SM                                | 1         | 14       |
| <b>Tipo de moradia</b>             |           |          |
| Casa                               | 5         | 71       |
| Apartamento                        | 2         | 29       |
| <b>Residentes na mesma moradia</b> |           |          |

|                  |   |    |
|------------------|---|----|
| Moro sozinho (a) | 2 | 29 |
| 2 residentes     | 1 | 14 |
| 3 residentes     | 3 | 43 |
| 4 residentes     | 0 | 0  |
| 5 residentes     | 1 | 14 |

#### Saneamento básico

##### Coleta de lixo pela prefeitura

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| Sim | 7 | 100 |
| Não | 0 | 0   |

##### Abastecimento de água no domicílio

|              |   |    |
|--------------|---|----|
| Rede Pública | 5 | 71 |
| Não sei      | 2 | 29 |

\*SM = Salário Mínimo.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às condições de saneamento básico dos domicílios, todos informaram possuir coleta de lixo e 71% têm acesso à água potável proveniente da rede pública, sendo que duas pessoas não souberam responder sobre a origem da água. Segundo Coutinho e colaboradores (2022), ao realizarem um estudo em Salvador/BA, evidenciaram que 98,9% dos domicílios soteropolitanos possuem abastecimento de água, entretanto, em aproximadamente 20% dos domicílios, o fornecimento de água não é contínuo. É importante considerarmos a qualidade do saneamento básico, visto que estudos populacionais apontam que as condições de moradia interferem diretamente na promoção da SAN (IBGE, 2020). Segundo o estudo da REDE PENSSAN (2022), a insegurança hídrica tem ligação direta com insegurança alimentar moderada e grave em 65% dos domicílios brasileiros. A nível de exemplificação, um estudo realizado na Bahia identificou que a InSAN estava mais presente em domicílios sem saneamento básico (Ribeiro et al., 2018).

#### Ingresso na universidade e políticas de permanência estudantil: interfaces com a situação de SAN

Considerando o critério de inclusão, todas (os) estudantes ingressaram na universidade por meio da política de cotas para indígenas aldeados. Quanto ao semestre de ingresso, ingressaram entre os anos de 2016 e 2024, evidenciando uma diversidade de experiências relacionadas à permanência universitária. Todas as pessoas participantes recebiam algum tipo de auxílio para permanência na universidade, sendo 57% beneficiárias do auxílio alimentação e 43% da bolsa permanência (Tabela 2).

A política de permanência da UFBA dispõe de alguns benefícios para os estudantes, os quais são gerenciados pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), setor responsável por determinar os critérios e selecionar quem serão os contemplados. Dentre os benefícios para

assistência estudantil, destaca-se o auxílio alimentação, gratuidade no Restaurante Universitário (RU), Bolsa Permanência, auxílio moradia, auxílio transporte, dentre outros.

**Tabela 2.** Forma de ingresso e acesso às políticas de permanência por universitários indígenas da UFBA. Salvador, Bahia, 2024.

| Forma de ingresso                           | nº | %   |
|---|----|-----|
| Política de cotas                           | 7  | 100 |
| <b>Auxílio ou benefício da universidade</b> |    |     |
| Bolsa Permanência                           | 3  | 43  |
| Auxílio Alimentação                         | 4  | 57  |

Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados sobre como essas políticas de permanência podem impactar na SAN, os estudantes reconheceram a importância dos benefícios para o acesso à alimentação e destacaram a relevância do RU, conforme os relatos que seguem:

Sim, com auxílio alimentação temos a possibilidade de almoçar/jantar no RU todos os dias. A bolsa permanência ajuda nos gastos em geral, principalmente para o estudante que não consegue trabalhar por conta da universidade (Potira, 23 anos).

Sim, porque tem muitos estudantes que não têm recursos suficientes para se alimentar, nem têm ajuda de seus pais. Mas com as políticas estudantis ele consegue ter um valor para se alimentar por fora, assim como a questão do restaurante, que abrange todos na alimentação (Eirapuã, 30 anos).

Diante do questionamento sobre o nível de importância da qualidade da sua alimentação na permanência na universidade, a maioria (72%) estabeleceu uma relação direta e definiu como sendo “muito importante” (43%) e “importante” (29%). Alinhando-se a essa perspectiva, um estudo realizado na Universidade Federal de Viçosa apontou que, para os estudantes beneficiários do PNAES, o acesso à alimentação tem forte influência no desempenho acadêmico e na permanência no curso (Eloi *et al.*, 2019).

Mesmo diante das ações ligadas à política de assistência estudantil, os estudantes informaram vivenciar desafios para permanecerem na universidade. Nesse contexto, trouxeram dificuldades relacionadas a questões financeiras, sensação de despertencimento, preocupações alimentares, sofrimento pelo distanciamento familiar e experiências discriminatórias de cunho étnico-racial, conforme exemplificado nos trechos abaixo:

A distância da família, a mudança para um local totalmente diferente da minha realidade. A responsabilidade para conseguir me manter (Potira, 23 anos).

Todos os desafios possíveis: desde a entrada até sua permanência, condições de vida financeira, espaço, preconceito, saudade do território, da família, da cultura e da própria comida (Jacirema, 22 anos).

Um estudo realizado pelo Fórum Nacional de Pr -reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis evidenciou que um dos aspectos que mais impactam no desempenho acad mico de universitários é a dificuldade financeira, afetando 24,7% dos estudantes a nível nacional. Esse número é ainda maior quando aspectos étnico-raciais são considerados, equivalendo a 34,3% para indígenas aldeados e a 26,7% para não aldeados (FONAPRACE, 2019). Contudo, observa-se que as políticas de permanência contribuem, mas ainda não são suficientes para garantir a SAN.

### Situa o de SAN e o papel do restaurante universitário

No que diz respeito   situa o de insegurana alimentar e nutricional, a aplica o da EBIA revelou que seis das pessoas entrevistadas estavam com algum nível de insegurana alimentar, como apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3.** Níveis de insegurana alimentar de estudantes indígenas da UFBA. Salvador, Bahia, 2024.

| Classifica o         | n  | %    |
|----------------------|----|------|
| Segurana Alimentar  | 1  | 14,3 |
| Insegurana Leve     | 4  | 57,1 |
| Insegurana Moderada | 1  | 14,3 |
| Insegurana Grave    | 1  | 14,3 |

Fonte: Elabora o própria.

Dos entrevistados, 85% estavam com algum nível de insegurana alimentar, sendo 57,1% grau leve, 14,3% grau moderado e 14,3% grave. Foram encontrados resultados parecidos em um estudo com estudantes universitários em geral (Martins *et al.* 2023). Entretanto, no estudo de (Braga *et al.*, 2022), observou-se que 46,5% apresentavam algum nível de insegurana alimentar. No período pré-pandemia, Angotti e Zangirolani (2019) identificaram que 64,8% dos discentes da Universidade Federal de São Paulo estavam em situa o de InSAN. Tais dados revelam a necessidade de potencializar políticas de assistência estudantil, de modo a garantir o direito humano   alimenta o adequada, reconhecendo sua indivisibilidade do direito   educa o.

De acordo com alguns autores (Jaime, 2020; Câmara *et al.* 2024), no auge da pandemia, os indígenas vivenciaram situa es de InSAN mais acentuadas quando comparados a outros grupos populacionais, mesmo diante da implementa o de políticas públicas voltadas para desenfrear esse problema social. Observou-se ainda que esse cenário persistiu no período pós-pand mico (Jaime *et al.*, 2020; Câmara *et al.* 2024). Isso nos permite presumir que experiências de InSAN já vivenciadas em suas comunidades não cessam diante do ingresso na universidade, assumindo novos contornos no cenário acad mico.

No presente estudo, como forma de aproxima o da situa o de SAN, no que tange a dimensão do consumo, buscou-se investigar escolhas alimentares dos estudantes dentro e fora da universidade. De

forma geral, a maioria (71%) referiu alguma mudança na alimentação após o ingresso na universidade, seja com melhorias na quantidade e/ou qualidade da alimentação, evidenciando experiências heterogêneas, conforme exemplificado nos relatos a seguir:

Sim, comer saladas com frequência (Eirapuã, 30 anos).

Sim, me alimento menos (Iara, 23 anos).

Sim, o consumo de massas e doces frequentes, cheguei na UFBA com 60 kg, agora estou 69 kg (Jacirema, 22 anos).

Dentre as mudanças de hábitos alimentares, alguns (43%) informaram trocar alguma refeição por lanches (Tabela 3). Tais preparações, que normalmente possuem alto teor de açúcar e gordura, prejudicam a saúde (Malveira *et al.*, 2022). Estudos revelam que a vida universitária contribui para esse tipo de mudança na alimentação, muitas vezes a grande demanda de atividades acadêmicas ocupa o maior tempo do dia e a alimentação acaba não sendo priorizada (Sousa, 2023). Esses dados reafirmam a necessidade de observarmos o ambiente alimentar na universidade e seu entorno, analisando o quanto contribuem ou não para a promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, na expectativa de criar estratégias de mitigação dos impasses.

Em relação à alimentação dentro e fora da universidade, 57% das (os) participantes consomem pelo menos duas frutas por dia e 29% consomem *fast-food* ao menos uma vez na semana ou aos finais de semana (43%). Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, a exemplo das frutas, deve constituir a base da alimentação. A carência desses alimentos indica riscos de deficiência de nutrientes que são essenciais para a saúde. O baixo consumo de frutas e aumento no consumo de *fast-foods* por estudantes universitários já foram documentados em estudos recentes (Bernardo *et al.*, 2017; Machado, Oliveira e Freitas, 2021), revelando uma pauta a ser considerada pelas instituições.

Conforme supramencionado, a relevância do RU é destacada por participantes da pesquisa como fundamental para a promoção da SAN. Na UFBA, *campi* Salvador, o RU é um espaço de alimentação coletiva que fornece almoço e jantar para a comunidade universitária, com parte do custo subsidiada pela instituição. Para estudantes, é cobrada uma taxa de R\$ 2,50 por refeição, sendo o acesso gratuito para os beneficiários de programas de assistência estudantil (UFBA, 2023).

Observou-se que apenas três dos estudantes frequentavam o RU desde o primeiro semestre do curso, sendo que os motivos não foram alvo de análise neste estudo. A maioria (71%) se alimenta ao menos 3 a 5 vezes por semana (almoço e/ou jantar), referindo sentirem-se saciados após se alimentarem no RU. O detalhamento desses dados pode ser observado na Tabela 4.

**Tabela 4.** Alimentação de universitários indígenas da UFBA dentro e fora da universidade. Salvador, Bahia, 2024.

| <b>Início da sua alimentação no RU* após ingresso</b>  | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|--|-----------|----------|
| 1 a 2 semestres depois   | 3         | 43       |
| 4 semestres depois   | 1         | 14       |
| Desde o ingresso na universidade   | 3         | 43       |
| <b>Veze na semana em que se alimenta no RU no almoço</b>                                     |           |          |
| 3 a 5 vezes  | 5         | 71       |
| Todos os dias  | 2         | 29       |
| <b>Veze na semana em que se alimenta no RU no jantar</b>                                     |           |          |
| 3 a 5 vezes  | 5         | 71       |
| Todos os dias  | 2         | 29       |
| <b>Você percebeu alguma mudança na sua alimentação depois que ingressou na universidade?</b> |           |          |
| Sim  | 5         | 71       |
| Não  | 2         | 29       |
| <b>Prefere comer sozinho ou acompanhado?</b>   |           |          |
| Sozinho  | 2         | 29       |
| Acompanhado  | 5         | 71       |
| <b>Após realizar suas refeições no Restaurante Universitário você se sente saciado?</b>      |           |          |
| Sim  | 6         | 86       |
| Não  | 1         | 14       |
| <b>Você costuma consumir frutas quantas vezes ao dia?</b>                                    |           |          |
| Nenhuma  | 1         | 14       |
| 1 vez  | 0         | 0        |
| 2 vezes  | 4         | 57       |
| 3 vezes  | 2         | 29       |
| <b>Frequência de consumo <i>fast-food</i></b>  |           |          |
| Não se aplica  | 2         | 29       |
| 1 vez na semana  | 2         | 29       |
| Apenas nos finais de semana  | 3         | 43       |
| <b>Troca alguma refeição por lanche</b>  |           |          |
| Sim  | 3         | 43       |
| Não  | 4         | 57       |

\*RU = Restaurante Universitário.

Fonte: Elaboração própria.

O Restaurante Universitário se mostra como um instrumento necessário, visto que a frequência de uso por parte dos estudantes é expressiva. Foram encontrados dados semelhantes em outro estudo

(Sousa, 2023), no qual 84,3% dos estudantes utilizavam o serviço ao menos cinco dias na semana, almoçavam e jantavam 71,9%. Além disso, o RU cumpre um papel muito importante na promoção da segurança alimentar e nutricional, desde a dimensão de acesso a alimentos, bem como na criação de hábitos alimentares saudáveis (Carvalho *et al.*, 2022). Neste sentido, torna-se necessário analisar a contribuição dessa política, bem como suas possíveis limitações para a garantia da SAN em suas múltiplas dimensões e para a efetivação da permanência estudantil.

No estudo de Martins e colaboradores (2023), realizado durante a pandemia da COVID-19, diante do fechamento do RU os estudantes passaram a receber uma ajuda de custo, entretanto vivenciaram a ISAN mais acentuada (79%), em comparação com outros estudantes não beneficiários. Dito isso, pode-se dizer que a interrupção desse serviço pode ter ameaçado a SAN desses estudantes e a ajuda de custo não foi consideravelmente suficiente para mitigar essa problemática.

Quando questionados sobre o quanto o RU atende ao que eles compreendem por alimentação saudável (AS), os estudantes, em síntese, registraram perspectivas sobre alimentação saudável enquanto “uma alimentação de qualidade, alimentos ricos em nutrientes”. Cabe destacar que tais percepções estiveram relacionadas à adequação nutricional dos alimentos, aspectos relacionados à presença de alimentos identitários, por exemplo, não foram explicitamente citados. Nesse contexto, trouxeram alguns aspectos positivos e outros negativos sobre a alimentação oferecida:

O valor é acessível e a qualidade das refeições atende às necessidades dos estudantes (Potira, 23 anos).

Acredito que poderia melhorar, implementando mais raízes e tubérculos na alimentação (Jacirema, 22 anos).

Algumas opções ultrapassam o teor de gordura e açúcar (Tupã, 24 anos).

Outro ponto importante nos resultados é que os estudantes preferem realizar suas refeições acompanhados (71%). De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (Brasil, 2014), comer em companhia pode ser tido como uma dimensão da alimentação saudável, no sentido de aproveitar o momento, no prazer em comer. Entretanto, no contexto em estudo, foram apontadas outras motivações para “comer junto”: como estratégias de “proteção” diante de experiências de discriminação e preconceitos e como forma de acolhimento em meio ao sofrimento vivido por estarem distantes de seus familiares.

Vou ao RU com minhas amigas que são indígenas porque elas têm vergonha de ir sozinhas. Elas têm medo do preconceito do povo (Cauê, 24 anos).

A falta de familiares talvez traga essa necessidade (Tupã, 24 anos).

Diante disso, observa-se que os estudantes traçam estratégias para além da permanência material, compreendida por Santos (2009) como as ações voltadas para arcar com os custos econômicos de se

manter na universidade (alimentação, moradia, materiais didáticos etc.), destacando também estratégias de permanência simbólica, que remete para condições de existência dos estudantes no contexto universitário, suas relações interpessoais e sensação de pertencimento. Esta também deve ser considerada na assistência estudantil, promovendo a inclusão social, visto que o preconceito influencia a permanência e as condições de saúde dos estudantes (FONAPRACE, 2019; Abreu *et al.*, 2020).

### **Considerações finais**

Este estudo apontou que seis dos participantes vivenciam algum nível de insegurança alimentar. Além disso, possuem outros desafios que comprometem sua permanência dentro da instituição, como os relacionados a situações de preconceito, dificuldades financeiras e algumas práticas alimentares consideradas pouco saudáveis. Situações de InSAN muitas vezes vivenciadas nas comunidades indígenas parecem assumir novos contornos no ambiente universitário estudado. Neste contexto, ainda que as políticas de permanência estudantil possam ser tidas como contributivas para promoção da SAN, são insuficientes.

Dentre as iniciativas de assistência estudantil, o RU, que se configura como um benefício diretamente relacionado à alimentação dos estudantes, se mostrou um instrumento muito importante, sendo reconhecido como tal pelos universitários. Contudo, é necessário potencializar esse suporte alimentar de modo a qualificá-lo e ampliar seu alcance, inclusive no que tange a criação de um ambiente respeitoso aos diversos modos de ser e de comer, tornando o ambiente mais acolhedor para estudantes indígenas, por exemplo.

Em função do pequeno número de participantes neste estudo, não é possível fazer generalizações dos resultados. Além disso, vale considerar que a EBIA é voltada para aplicação no âmbito domiciliar e não junto a indivíduos. Entretanto, ao combiná-lo com outros indicadores socioeconômicos, considera-se que o instrumento usado proporcionou uma aproximação da situação de (In)SAN das pessoas participantes.

Novos trabalhos são necessários para ampliação e aprofundamento da compreensão dos achados deste estudo exploratório, analisando as condições de “vida universitária” de estudantes indígenas e práticas alimentares correlatas, de modo que os resultados possam subsidiar ações institucionais promotoras da alimentação adequada, saudável e sustentável, sob a perspectiva da interculturalidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Revista Psicologia da Educação**, v. 1, n. 50, p. 1-25, 2020. Disponível em:

<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-35202020000100018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202020000100018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 13 ago. 2024.

AGUIAR, Rafaela Silveira; NUNES, Ilanna Teixeira. ABREU, Domingos Sávio. Sentidos da assistência estudantil no ensino superior: o que pensam os universitários em situação de pobreza. *In*: LOPES, Valmir; ABREU, Domingos Sávio; RIOS, Genílria (org.). **Quando gira a roda da história: o Programa Bolsa Família e seus beneficiados**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

ANGOTTI, Alanis Amorim; ZANGIROLANI, Lia Thieme Oikawa. Insegurança alimentar e nutricional entre estudantes universitários. Anais eletrônicos. IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Campinas: Galoá, 2019. Disponível em:

<<https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/inseguranca-alimentar-e-nutricional-entre-estudantes-universitarios?lang=pt-br>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELIK, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. São Paulo: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo, 2020. Disponível em:

<[https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro\\_%25C6%2592\\_14.10.2020.pdf](https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/UmRetratoSistemaAlimentarBrasileiro_%25C6%2592_14.10.2020.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BERNARDO, Greyce Luci *et al.* Food intake of university students. **Revista de Nutrição**, v. 30, n. 6, p. 847–865, nov. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-98652017000600016>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRAGA, Bruna Carneiro de Almeida *et al.* (In)segurança alimentar e fatores associados em universitários da Bahia durante a pandemia da COVID-19. **Bahia Análise & Dados**, v. 32, n. 1, p. 23-41, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 jun. 2012. Disponível em:

<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acao-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CALBINO, Daniel; BRITO, Eugênio. Programa Nacional de Assistência Estudantil: tendências e lacunas a partir da análise integrativa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 545-555, 2023. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64442023000100315](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442023000100315)>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CÂMARA, João Henrique Rabelo *et al.* Racismo e insegurança alimentar: mazelas de uma comunidade quilombola da Amazônia legal brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, e16672023, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.16672023>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CARVALHO, Vera Lúcia de Fátima Pereira. **Terceirização ou autogestão? Estudo de caso do restaurante universitário do IFMG – Campus Bambuí**. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/3145>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

COUTINHO, Giselle Ramos *et al.* Demographic and socio-environmental factors associated with household food insecurity in different territories of the city of Salvador, Bahia State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 11, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT280821>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ELOI, Sueli de Souza Santos *et al.* O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 106–129, set. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n3p106>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FONAPRACE/ANDIFES. Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantis/Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil**: expansão da rede, SISU e desafios. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016. (Estudo Técnico). Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28239>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

HAIFIG, Sadala Schmidt Varanda. **Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas brasileiros**: uma revisão bibliográfica. 2021. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60621>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/84ba4ba41364a84e93f1c94be42c0ead.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/84ba4ba41364a84e93f1c94be42c0ead.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Apresentação do Censo da Educação Superior em 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2024.

JAIME, Patricia Constante. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2504–2504, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.12852020>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LEMBI, Rafael Cavalcanti *et al.* Inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade: reflexões sobre potenciais aprimoramentos para a Universidade do Estado do Amazonas. **RIMA - Revista Interdisciplinar de Meio Ambiente**, v. 6, n. 1, p. e202404, 2024. Disponível em: <<https://editorarima.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Inclusao-acesso-e-permanencia-de-estudantes-indigenas-na-universidade.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

LISBOA, Lucas Santos *et al.* Perfil sociodemográfico e a insegurança alimentar entre discentes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 3, p. e4729, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.55905/revconv.17n.3-129>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

LUNA, Wilian Fernandes; TEIXEIRA, Karla Caroline; LIMA, G. K. de. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200621, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.200621>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MACHADO, Gabriel Costeira; OLIVEIRA, Cristiano Aguiar; FREITAS, Tiaraju Alves. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 55, p. 27–59. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/ppp55art2>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MALVEIRA, Alice da Silva *et al.* Prevalência da substituição de refeições por lanches segundo variáveis sociodemográficas, morbidades e estilo de vida em adultos de Rio Branco, Acre (2013-2016). **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 6, p. 24174–24187, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.34119/bjhrv5n6-183>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARTINS, Natália Caldas. *et al.* Situação de (in)segurança alimentar de estudantes universitários da rede pública durante a pandemia da covid-19. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, v. 17, e022004, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.21439/conexoes.v17i0.2525>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Estudo Técnico nº 01/2014**: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicaad/pesquisas/documentos/estudo/73.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

QUINTANO-MENDEZ, Felipe *et al.* Movilidad estudiantil y adultez emergente: un estudio exploratorio sobre la construcción de identidad en jóvenes universitarios. **Ciencias Psicológicas**, Montevideo, v. 17, n. 2, e3152, dic. 2023. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/pdf/cp/v17n2/en\\_1688-4221-cp-17-02-e3152.pdf](http://www.scielo.edu.uy/pdf/cp/v17n2/en_1688-4221-cp-17-02-e3152.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2024.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II VIGISAN** - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: Suplemento I. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RENAULT, Cláudia Regina Nunes dos Santos; ALBUQUERQUE, Alessandra Rocha. Perfil e trajetória acadêmica de estudantes indígenas da Universidade de Brasília. **Educação**, Santa Maria, v. 48, p. 1-24, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984644467784>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

RIBEIRO, Joelma Silveira *et al.* Segurança alimentar e nutricional: avaliação e fatores determinantes em consórcio de municípios, Bahia, Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 13, n. 1, p. 83–100, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/demetra.2018.30001>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SOUSA, Laiana Paula Severo. **O papel do Programa Restaurante Universitário na permanência dos discentes de graduação do Campus da UFC em Sobral-CE**. 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74410>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pregão N° 21/2023 **Termo de Referência**: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de alimentação e nutrição (Processo n° 23066.022606/2023-31). Salvador: UFBA, 2023.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. A escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in) segurança alimentar no Brasil. **Geoconexões**, v. 1, n. 15, p. 114–134, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.15628/geoconexes.2023.14258>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

*Recebido em: 20 de março de 2026.  
Aprovado em: 17 de maio de 2026.*